

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº03/90, Fls.02

presentante da Área de Ciências Humanas e o acadêmico Roney
Lafuente Pereira, Representante Discente. Verificado o núme-
ro de presenças e sendo este legal, foi aberta a sessão com
a seguinte Ordem do Dia: Item 1 - Ata da Sessão Anterior Foi
justificado pelo Sr. Presidente o não encaminhamento da Ata
da anterior reunião, face a recente greve administrativa que
inviabilizou a sua feitura. Item 2 - Correspondência recebi-
da. Neste item o

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

teve outros contatos em função do atual momento político vi-
vido pela universidade pública brasileira. Item 3 - Projetos
relatados pela Comissão de Graduação. Proc. Nº.....
23110.001883/90-71, da Ac. de Medicina Fabiana Breitenbach,
solicitando autorização para realizar matrícula no 2º perío-
do letivo regular de 1990 em estágio do seu curso. O COCEPE
referendou o parecer favorável à solicitação, emitido por
Comissão de Graduação. Proc. Nº23110.001883/90-25, da Di-
reção da Faculdade de Direito, referente ao registro de
frequência de seus alunos no período da greve de transporte co-
letivo urbano ocorrida recentemente. O pedido ensejou longa
discussão chegando-se ao final a duas posições; que

A T A N º 08/90

Aos nove dias do mês de julho do ano de mil novecentos e no-
venta, no horário das oito horas e trinta minutos, no Gabine-
te da Vice-Reitoria, realizou-se uma reunião do Conselho Coor-
denador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE da Uni-
versidade Federal de Pelotas, a qual, previamente convocada e
presidida pelo Sr. Vice-Reitor, Professor Luiz Henrique Schuch,
seu Presidente, teve a participação dos seguintes conselhei-
ros: Professores Maria Isabel da Cunha, Pró-Reitora de Gradua-
ção e Assistência; Luiz Carlos Lucas, em substituição ao Sr.
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Aldyr Garcia Schlee,
Pró-Reitor de Extensão; Céres Maria Torres Bonatto, Represen-
tante do Conselho Universitário; Moacir Cardoso Elias, Repre-
sentante da Área de Ciências Agrárias; Fernando Nova Cruz Diaz,
Representante da Área de Ciências Exatas e Tecnologia; João
Carlos Piccoli, Suplente do Representante da Área de Ciências
da Saúde e Biológicas; Maria de Lourdes Valente Reyes, Repre-
sentante da Área de Letras e Artes; Hilda Costa Acevedo, Re-

303

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.02

018 representante da Área de Ciências Humanas e o acadêmico Eracy
019 Lafuente Pereira, Representante Discente. Verificado o núme-
020 ro de presenças e sendo este legal, foi aberta a sessão com
021 a seguinte Ordem do Dia: Item 1 - Ata da Sessão Anterior. Foi
022 justificado pelo Sr. Presidente o não encaminhamento da Ata
023 da anterior reunião, face a recente greve administrativa que
024 inviabilizou a sua feitura. Item 2 - Correspondência recebi
025 da. Neste item o Professor Schuch relatou sua recente viagem
026 à Brasília, onde participou de reuniões do Conselho de Reito-
027 res das Universidades Brasileiras - CRUB, quando também man-
028 teve outros contatos em função do atual momento político vi-
029 vido pela universidade pública brasileira. Item 3 - Processos
030 relatados pela Comissão de Graduação. Proc. Nº.....
031 23110.001883/90-71, da Ac. de Medicina Fabiana Breitenbach ,
032 solicitando autorização para realizar matrícula no 2º perío-
033 do letivo regular de 1990 em estágio do seu curso. O COCEPE
034 referendou o parecer favorável à solicitação, emitido por sua
035 Comissão de Graduação. Proc. Nº23110.001893/90-25, da Dire-
036 ção da Faculdade de Direito, referente ao registro de fre-
037 quência de seus alunos no período da greve do transporte co-
038 letivo urbano ocorrida recentemente. O pedido ensejou longa
039 discussão chegando-se ao final a duas posições: que fossem
040 desconsideradas as faltas para fins de frequência durante o
041 período da greve do serviço de transporte coletivo urbano ;
042 que, considerando-se a alteração do calendário escolar, o as-
043 sunto estaria vencido, uma vez que as necessidades já foram
044 atendidas. Submetidas à votação, a primeira hipótese prevale-
045 ceu, sendo aprovada pelo COCEPE. Proc. Nº23110.001753/90-66,
046 encaminhando solicitação de alteração da posição curricular
047 das disciplinas de Direito Tributário I e II. Embasado em pa-
048 recer da Comissão de Graduação manifestou-se o COCEPE favorá-
049 vel à alteração curricular das disciplinas de Direito Tribu-
050 tário I e II, que passam, respectivamente, do 3º para o 7º
051 semestres, e do 4º para o 8º semestres do Curso. Tal altera-
052 ção, bem como a referente às disciplinas de Filosofia do Di-
053 reito I e II, que passaram do 7º e 8º semestres, respectiva-

JD

324
18

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.03

mente, para o 3º e 4º semestres, vigorarão para os alunos in
gressantes a partir do 1º semestre, digo, semestre de 1990.
Outrossim recomenda que o currículo do Curso de Direito, a
exemplo do que vem sendo desenvolvido pelos demais cursos, se
ja repensado como um todo, evitando-se alterações pontuadas.
Nesse sentido a Pró-Reitoria de Graduação e Assistência está
desenvolvendo trabalho junto às Unidades. PROC. Nº
23110.001631/90-90. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. En
caminha resultado de estudo referente a oferta de curso no-
turno. Foi referendado o parecer da Comissão de Graduação lou
vando o interesse da Faculdade referida de estudar a propos-
ta de oferta de curso noturno, junto com a questão curricu-
lar. Proc. Nº23110.001876/90-14. Colegiado do Curso de Odon
tologia. Solicita a unificação das atuais disciplinas de So
ciologia e Antropologia Física com a denominação de Sociolo-
gia Antropológica. A matéria ensejou longa discussão tendo
sido levantado o questionamento: 1º) como justificar, cienti-
ficamente, a criação de uma disciplina com o nome de Sociolo-
gia ou de Antropologia ? 2º) Que conteúdos de Sociologia ou
de Antropologia poderiam corresponder ao programa de uma dis-
ciplina como esta ? 3º) Como compatibilizar os enfoques ca-
racterísticos da perspectiva antropológica numa única disci-
plina ? 4º) Como responder às necessidades curriculares do
curso de Odontologia substituindo duas disciplinas por uma ú
nica ? Face a essas questões, foi decidido que o processo re
torne ao Colegiado do Curso a fim de que seja ouvido o Depar-
tamento de Filosofia e História do Instituto de Ciências Hu-
manas, onde a disciplina de Antropologia Física está locali-
zada. Proc. Nº23110.001879/90-02. Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo. Solicita redução da carga horária das disciplinas
da área de Teoria e História da Arquitetura IV, V, VI, VII,
VIII e IX. Embasado em parecer da sua Comissão de Graduação
manifestou-se o COCEPE favorável à solicitação. Proc. Nº ...
23110.001919/90-17. Ac. Nestor Vasconcellos Neto. Solicita au
torização para efetivar matrícula no curso de Arquitetura ,
por encontrar-se em tratamento de saúde no período regular ,

A

305
A

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.04

alegando desconhecer a orientação de que o aluno que não a é
fetiva no período regular fica automaticamente desligado do
curso.. Com base em parecer da Comissão de Graduação o COCEPE
indeferiu a solicitação. Proc. Nº23110.001910/90-42. Colegia
do do Curso de Educação Artística solicitando troca de pré-
-requisitos de disciplinas no currículo do curso de Educação
Artística - habilitação em Artes Plásticas, Desenho e Música.
Também com base em parecer da Comissão de Graduação, que de-
clara que a modificação não implica em mudança de carga horá-
ria, nem em introdução de conteúdos novos, bem como de que
está embasada pelas unidades ministradoras das disciplinas ,
com o referendado do Colegiado do Curso, o COCEPE aprovou a
solicitação, ressaltando que tais alterações, no entanto, se
dêem a partir da matrícula de 1991, independentemente da da-
ta de ingresso do aluno. Dando continuidade à Ordem do Dia o
Sr. Presidente salientou que os próximos seis itens da mesma
referem-se à criação de novos cursos e ou habilitações. An-
tes de passar a palavra à Srª Pró-Reitora de Graduação e As-
sistência para o relato dos processos referidos, concedeu-a,
por solicitação, à Professora Céres Bonatto, que relatou o
que significa para a Faculdade que dirige a instalação de no-
vos cursos de Licenciatura na UFPel. O documento apresentado
resultou de discussões mantidas entre os docentes da sua uni-
dade e está redigido nos seguintes termos: "Ministério da E-
ducação. Faculdade de Educação. AS NOVAS LICENCIATURAS E A
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (*) É para nós, professores da Faculda-
de de Educação, uma situação especialmente delicada a que se
cria neste momento na UFPel, em que se discute a possibilida-
de de expansão de vagas através da criação de novos cursos.
Comprometidos que somos com a universalização da Escola pú-
blica de qualidade em todos os níveis e convivendo com o co-
tidiano das escolas de 1º e 2º graus sabemos da urgência de
se repensar e encaminhar a formação e o acompanhamento de pro-
fessores. Ao mesmo tempo vivemos na UFPel problemas concre-
tos de disponibilidade de pessoal e condições materiais tais
como espaço físico, biblioteca etc. que nos permitam um tra

A

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.05

balho de razoável qualidade. Embora tenhamos clareza da complexidade do tema, a fim de explicitarmos nossas preocupações, colocaremos a discussão sobre dois pontos - as questões gerais sobre a Universidade e a formação de professores e, num segundo momento, a situação da UFPel, em especial, da Faculdade de Educação. A Universidade e a Formação de Professores. A questão da formação do professor está presente há muito tempo nas discussões que se travam no âmbito educacional. Desde 1983, a partir do Seminário Nacional sobre a Reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para a Educação, promovido pela SESU/MEC, na cidade de Belo Horizonte, foi criada a Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador. Essa comissão vem promovendo encontros regionais cujos resultados, convergindo para reuniões de nível nacional, poderão chegar a uma proposta a ser enviada ao Ministério da Educação. As discussões aí produzidas, bem como as desencadeadas nas universidades, associações e entidades de classe, já apresentam avanços conforme podemos comprovar nos diversos documentos daí resultantes. Há dificuldades, no entanto, em se chegar a um consenso quanto ao que fazer, aumentando a defasagem entre a capacidade de responder das instituições de ensino superior e a mobilidade do real. -----

----- (*) Documento dirigido aos membros do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão - COCEPE. Elaboração final da profª Céres Maria T. Bonatto, diretora da Faculdade de Educação da UFPel, a partir de discussões dos docentes dessa Unidade. A par desta situação, o empobrecimento a que vem sendo submetido o sistema de ensino levou ao sucateamento de todas as escolas, do nível pré-primário ao superior. Esses problemas refletem-se na pesquisa e na produção intelectual e de uma forma cada vez mais grave na própria atividade de ensinar. Florestan Fernandes (1986,30) aponta para o desenvolvimento pelo qual passa a atividade do professor, que é um desnivelamento profissional e também econômico e, sendo as duas coisas, acaba sendo cultural. O professor que perde o prestígio como profissional, perde renda e também perde tem

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.06

po para adquirir cultura e melhorá-la, a fim de ser um cidadão mais ativo e exigente. A essa constatação que Florestan fazia já em 1986, podemos acrescentar o fato de não termos conseguido na Constituição, que os recursos públicos fossem remetidos somente para o ensino público, o que dá continuidade, agora de forma acelerada, a progressiva deteriorização das universidades públicas. A falta de verbas vem dificultando a manutenção e/ou intensificação das atividades de ensino e pesquisa, bem como a implementação de propostas que atendam às necessidades da sociedade tais como a ampliação das oportunidades de ensino gratuito noturno para trabalhadores que queiram estudar. A atual política do governo tende a levar a Universidade a adotar medidas concebidas do ponto de vista da lógica do capital que apontam na direção do aumento da produtividade dos recursos materiais e humanos, em função da diminuição custo/aluno, o que de alguma forma, representa um retorno à visão economicista da educação tão desenvolvida na década de 70. Dentro deste quadro encontram-se os cursos de formação de professores, representados pelas licenciaturas que no interior fluído da Universidade, é de uma 'insustentável leveza'. Diáfanas licenciaturas... Não se apropriam dos cursos que ministram. Não interferem nos setores e processos para os quais teriam alguma competência. Não pesam, enfim. (SESU/MEC,29) Considerados cursos de segunda categoria, sub-produto do bacharelato, podendo ter profissionais formados a curto prazo ou polivalentes (área de ciências, estudos sociais, arte e comunicação,...) e cuja valorização em termos de mercado de trabalho é muito pequena, as licenciaturas acabam submetidas a essa imagem e comportando-se dentro dessa expectativa. Assim forma-se um círculo vicioso que só poderá ser rompido se a Universidade entender que formar o professor que necessitamos é tarefa da Universidade e não desta ou daquela unidade isoladamente e acontece que esta Universidade não há. Há que construí-la. (Menezes, 123) A situação da UFPel e da Fac. de Educação. A partir da leitura atenta do documento da Pró-Reitoria de Graduação e Assistên-

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.07

138 cia A expansão do ensino na UFPel: democratização e qualida-
139 de e concordando com os princípios nele expostos, colocamos
140 os seguintes pontos para discutir: a. condições de trabalho
141 dos docentes da Fac. de Educação (ver anexo) b. estrutura e
142 funcionamento da Universidade. a. Condições de trabalho dos
143 docentes da Fac. de Educação: Consideramos que há necessida-
144 de de deslocar a reflexão utópica para o real, no sentido da
145 necessidade de vincular a consciência de transformação a uma
146 ação prática. Não se pode desconhecer as condições reais da
147 Universidade e as perspectivas que temos dentro do atual pro-
148 jeto político do MEC. A partir destas considerações qualquer
149 projeto de expansão das atividades de ensino deve prever sua
150 exequibilidade sem ferir o princípio de indissociabilidade en-
151 tre ensino-pesquisa-extensão. A FaE vem tentando, ainda de
152 forma incipiente, iniciar e/ou reforçar linhas de pesquisa -
153 que lhe possibilitem colocar-se, com competência, à frente
154 de projetos de renovação educacional. Estamos, ainda nessa li-
155 nha, trabalhando no binômio ensino/pesquisa, de acordo com a
156 proposta da PRGA. Alguns projetos que desenvolvemos, tais co-
157 mo: Formação, Acompanhamento e Atualização de Professores Al-
158 fabetizadores, Educação de Adultos e Curso de Serventes, Prá-
159 tica de Ensino e Escolinha da FaE integram ensino-pesquisa-
160 -extensão. Para que continuem sendo desenvolvidos há necessi-
161 dade de que sejam dadas condições de tempo aos professores,
162 condição necessária - e praticamente única - para que eles
163 aconteçam. Entendemos que para que tenhamos uma área de Ciên-
164 cias Humanas significativa e prestigiada (Documento PRGA) um
165 corpo docente qualificado é indispensável. Nesse sentido te-
166 mos como meta continuar nosso programa de capacitação docen-
167 te. Nosso compromisso com o trabalho em andamento será manti-
168 do, mas o acréscimo de tarefas inviabilizará nossas propos-
169 tas como já tem acontecido. Cabe ressaltar, retomando também
170 um pouco de nossa história, que em 1989 deixamos de ofertar
171 o Curso de Esquema I, e temos deixado de atender a diversas
172 solicitações que nos vem sendo feitas pela comunidade educa-
173 cional, devido a insuficiência de pessoal docente. Outro as

JA

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.08

pecto no que se refere às condições de trabalho do professor da área de formação pedagógica é a exigência de polivalência que lhe é feita. Desconhecem-se as especificidades dos diferentes campos de conhecimento, partindo do princípio de que os licenciandos podem ter um conhecimento pedagógico geral que ele juntará ao conteúdo específico e assim terá completado sua formação. No caso da formação pedagógica pode-se antever que a ausência de um contato com a pesquisa nas várias áreas que fundamentam a teoria educacional e pedagógica, conduziria a uma preocupação predominantemente metodológica e o retrocesso às concepções tecnicistas que tanto custaram para ser questionadas dentro da própria área da pesquisa educacional. (Com. Nac. de Ref. dos Cursos de Form. do Educador, 29).

b. Estrutura e funcionamento da Universidade: A ausência de estudos que apresentem alternativas para a organização da Universidade e, conseqüentemente, para as Faculdades ou Centros de Educação, bem como para a organização da formação de professores no interior das universidades, é um sério problema neste momento. Os cursos de licenciatura, em que pese a recomendação da PRGA, tem sido propostos pelos Institutos e Faculdades sem que se dê a participação da FaE. Não nos consideramos detentores do saber pedagógico mas pensamos que as propostas de novos cursos de licenciatura devem ser balizadas pela qualidade da formação docente, na qual está presente a indissociabilidade de conteúdo e forma. Trata-se de enfatizar o trabalho comum entre as unidades de educação e as demais unidades, evitando-se ver as questões em termos de quem comanda o processo educativo das licenciaturas. O importante é a maior integração e a co-participação na tarefa de coordenação desses cursos. (Com. Nac. de Ref. dos Cursos de Form. do Educador, 30). Pela urgência com que estão sendo encaminhados os projetos e pela histórica fragmentação da Universidade os mesmos tendem a se apresentar com lacunas no que diz respeito a valores, a reflexão sobre problemas de sociedade em geral e da sociedade brasileira em particular, aos desenvolvimentos históricos, às discussões epistemológicas

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.09

270 etc. A tendência é a de cumprir, estritamente, as disposi-
271 ções legais do currículo mínimo proposto através da Resolu-
272 ção 292/62-CFE. A própria FaE não tem tido disponibilidade de
273 pessoal que se dedique ao trabalho de análise e discussão de
274 novas licenciaturas. Mesmo o acompanhamento das licenciatu-
275 ras já em andamento tem sido extremamente dificultado. Acres-
276 cida a estas considerações temos a problemática adicional dos
277 cursos noturnos. Outra realidade ainda sem o devido aprofun-
278 damento de discussão. Sobre isso apontaremos dois aspectos :
279 - os cursos noturnos devem atentar especialmente para que sua
280 oferta se dê nas diversas áreas do conhecimento e não apenas
281 no campo das licenciaturas; - a especificidade do aluno do
282 curso noturno, enquanto trabalhador-estudante, requer que os
283 currículos sejam propostos e implementados de forma diferen-
284 ciada daqueles dos cursos diurnos, sem perda de qualidade. A
285 mudança, como uma prática social, deve ter como ponto básico
286 um lastreamento de conhecimentos que qualificam os educado -
287 res para perceber e aprender, para aderir às novas concepções
288 educativas. É necessário saber técnica e politicamente, como
289 encaminhar-se na direção de um compromisso histórico que lhe
290 exigirá uma postura clara no campo de luta - a prática for-
291 madora, a educação comprometida. (Calazans, 20). Compreende-
292 mos que há necessidade de articulação prática-teoria e que
293 não podemos nos deixar prender pela 'camisa-de-força' que nos
294 impõe a atual situação. Mas, por outro lado, é indispensável
295 que tenhamos clareza do nosso contexto. Não podemos desconhe-
296 cer as condições reais de implantação das novas propostas sob
297 pena de inviabilizarmos a Universidade pública de qualidade
298 pela qual lutamos." Após a exposição da Conselheira, o Pro-
299 fessor Schuch colocou que comunga também da sua preocupação,
300 mas nesse momento pode-se constatar que algumas áreas, al-
301 guns setores, produzem ainda muito pouco. Vê que o tema "cri-
302 ação de cursos" tem que considerar todas as preocupações a-
303 presentadas pela Professora Céres mas ao mesmo tempo precisa
304 considerar que temos setores que poderiam produzir bem mais.
305 Com essas considerações, passou a palavra a Srª Pró-Reitora

H

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.10

de Graduação que levando em conta que os documentos elabora-
dos pela sua Pró-Reitoria a respeito da expansão do ensino
na UFPel, democratização e qualidade e da análise quantitati-
va do desempenho acadêmico nos cursos de graduação, foi dis-
tribuído previamente aos conselheiros, passou, de imediato,
à apresentação dos processos. Proc. Nº23110.001794/90-43 .
Criação de curso de bacharelato em Ciências Sociais com fun-
cionamento à noite, oferecido pelo Instituto de Sociologia
e Política. O parecer da Comissão de Graduação foi emitido
nos seguintes termos: "A Pró-Reitoria de Graduação vem desde
1989 incentivando a discussão sobre novos cursos na UFPel ,
partindo de pressupostos expressos em documento próprio e em
consonância com a proposta pedagógica que ora se desenvolve.
Portanto, de início, vê positivamente a iniciativa de cria-
ção do curso de Ciências Sociais que contempla: a) a amplia-
ção de vagas e, em especial, a oferta no turno da noite; b)
um currículo adequado à situação específica da realidade do
aluno trabalhador; c) o desenvolvimento, na UFPel, da área
de ciências humanas. Alerta, frente a este último argumento,
que embora o curso esteja sendo proposto pelo Instituto de
Sociologia e Política, sua aprovação não deve ratificar a si-
tuação atual em que a área está dividida em dois Institutos,
mas, constituir uma experiência de atividades conjuntas das
duas unidades que, segundo proposta do COCEPE, devem desen-
volver estudos visando, a médio prazo, a unificação. A pos-
sibilidade de levar, coletivamente, a pesquisa, o ensino e a
extensão, envolvendo diversas unidades e departamentos, é que
constroe a verdadeira perspectiva universitária. Levando em
conta que a UFPel dispõe dos recursos humanos necessários ao
novo curso, que há espaço físico disponível e as condições bá-
sicas de infra-estrutura, somos de parecer favorável ao re-
querido." Acrescenta, ainda, a necessidade de a unidade com-
plementar o processo, registrando os Departamentos a que per-
tencem cada uma das disciplinas, bem como rever a questão do
tempo máximo. O curso referido, se aprovado, deverá já ser
incluído no vestibular do próximo ano. É prevista uma entra-

A

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.11

da anual, com 40 (quarenta) vagas. Salienta que a unidade de clara que não há a necessidade, no momento, de contratação de docentes. Informa a professora Maria Isabel que o processo está instruído convenientemente, constando o currículo, as ementas das disciplinas, a aprovação do Conselho Departamental da unidade. O curso totaliza 2220 (duas mil duzentas e vinte) horas/atividade, que serão cumpridas num mínimo de 8 (oito) e num máximo de 12 (doze) semestres. Submetido à votação o processo foi aprovado, com a ressalva de que sejam desenvolvidas diligências tendentes à localização das disciplinas, já que inexistem elementos nos autos que assim o demonstrem, bem como seja revisto o tempo máximo para a integralização dos créditos, providências essas que, uma vez atendidas, determinarão o retorno do processo a este Órgão para a aprovação de tais quesitos. Proc. Nº23110.004058/86-98. Instituto de Física e Matemática. Encaminha projeto de criação do Curso de Licenciatura em Física. A proposta havia sido encaminhada, originalmente, em 31.7.1986. Por razões desconhecidas o trâmite foi interrompido. Posteriormente, em 14.6.1989, por iniciativa da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência, foi solicitada a revisão do processo, com vistas à realização de nova proposta, retornando agora para apreciação. O processo retorna com uma proposta concreta, recuperando o trabalho feito, modificando algumas propostas. Foi apreciado e aprovado pelo Conselho Departamental da Unidade. Salienta a Srª Pró-Reitora que o projeto é de formação de professores, não bacharelato. É um curso diurno, dadas as instalações físicas estarem localizadas no Campus. No processo consta um rol de necessidades. Há ainda o encaminhamento da necessidade de uma posterior contratação de docentes, garantia que a Universidade não pode assumir. O curso prevê um ingresso anual com 30 (trinta) vagas. Com vistas à reavaliar a proposta junto à unidade, o COCEPE constituiu Comissão Especial composta pelos professores Céres Maria Torres Bonatto, Fernando Nova Cruz Diaz e Maria Isabel Cunha. Proc. Nº 23110.001902/90-14. Colegiado do Curso de Ciências Domésti -

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.12

cas. Propõe a transformação do curso em diurno e noturno ten
do esta última modalidade proposta pedagógica própria. Além
disso propõe que o ingresso para as duas modalidades do cur
so seja realizado no mês de março com vestibular previamente
definindo o turno que o candidato deseja cursar. Aponta ain
da que, para não sobrecarregar a Faculdade de Educação as dis
ciplinas referentes à licenciatura serão ministradas para os
dois grupos à noite. Ao analisar a proposta da Faculdade de
Ciências Domésticas a Comissão de Graduação considerou que :
a) a demanda ao Curso vinha se fazendo pequena e a possibili
dade de cursar à noite provavelmente atrairá um maior número
de candidatos; b) há um esforço da comunidade do curso em a
tender ao apelo de expansão de vagas noturnas na UFPel; c)
para concretizá-la será necessária disposição e disponibili
dade de outras unidades da UFPel para que, com espírito uni
versitário, seja possível dar as condições básicas ao funcio
namento do curso; d) a administração superior deverá assegu
rar condução para alunos, funcionários e docentes ao CAMPUS,
nas noites solicitadas; e) o currículo que está proposto ao
curso noturno, diferenciado do diurno, atende à orientação -
que está sendo dada pela Pró-Reitoria de Graduação e deverá
ser acompanhado e avaliado a cada etapa; f) a pesquisa da ba
se populacional que vem sendo realizada pelo Colegiado, como
engajamento ao projeto pedagógico da UFPel, poderá, ainda ,
em tempo, dar subsídios ao delineamento da área profissional
do curso, tanto na modalidade noturna quanto diurna; g) se
ria melhor que o funcionamento do curso se desse todo num mes
mo local. Dadas as condições concretas da realidade compre
ende-se da dificuldade de propor esta alternativa. Alertamos,
porém, para a necessidade de encontrar formas de colocar os
serviços de biblioteca à disposição dos alunos; h) o número
de vagas abertas para o diurno - 50 (cinquenta) - parece ex
cessivo para compor uma mesma turma. Mesmo considerando o mo
mento político que se atravessa, seria interessante avaliar
a hipótese de reduzi-las para 40 (quarenta). Feitas essas con
siderações a Comissão de Graduação se manifesta favorável ao

314
315

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.13

414 solicitado. O COCEPE referendou o parecer com a ressalva de
415 que se mantenham as vagas propostas pelo Colegiado e de que
416 seja revisada a distribuição das disciplinas da formação pe-
417 dagógica. Proc. Nº23110.001880/90-83. Curso de Letras. Soli-
418 cita que seja oferecida a habilitação de Língua Portuguesa e
419 Literaturas da Língua Portuguesa. A Comissão de Graduação re-
420 latou o processo nos seguintes termos: Considerando o estímulo
421 lo que a Pró-Reitoria de Graduação tem dado a estudos que ob-
422 jetivem à expansão de vagas na UFPel e, em especial, no tur-
423 no da noite; o exposto na proposta oriunda do Curso de Le-
424 tras aproveita toda sua estrutura e experiência para propor
425 a reformulação que inclui a nova habilitação; o cumprimento
426 aos princípios que esta Pró-Reitoria tem expressado no trato
427 deste assunto, a Comissão é pela aprovação da proposta. Lem-
428 bra a Comissão que o suprimento de duas vagas de docentes ,
429 necessárias ao funcionamento da nova habilitação, deve mere-
430 cer atenção do COCEPE. Ao analisar esta condição é razoável
431 considerar que o curso de Letras nunca foi plenamente supri-
432 do de docentes e, ainda, que a proposta curricular está bas-
433 tante compacta, sem conter número excessivo de aulas. O pa-
434 recer da Comissão foi referendado, sendo a proposta de cria-
435 ção da Habilitação de Língua Portuguesa e Literaturas da Lin-
436 gua Portuguesa no Curso de Letras aprovada por unanimidade .
437 Proc. Nº23110.001941/90-76. Conservatório de Música. Solici-
438 ta alteração do nome do Curso de Graduação em Canto e Instru-
439 mento para Curso Superior de Música, mantendo as habilita-
440 ções em Canto, Piano, Flauta Transversa e Violino. O proces-
441 so foi relatado pela Comissão de Graduação nos seguintes ter-
442 mos: Considerando a racionalização do trabalho que se fará
443 com a mudança proposta; a possibilidade de melhor aproveitar
444 o interesse do aluno por uma ou por outra modalidade do Cur-
445 so, diminuindo o índice de evasão e infrequência; que a alte-
446 ração pretendida não requer recursos além dos já existentes;
447 que atende aos preceitos legais sobre a matéria (Resolução Nº
448 10, de 10.10.1969, do CFE), é de parecer favorável à aprova-
449 ção do referido. Foi referendado o parecer favorável à alte-

316

315

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.14

450 razão do nome do curso, mantendo as habilitações existentes.
451 Proc. Nº23110.001942/90-39. Conservatório de Música. Solici-
452 ta a criação de habilitação em Violão e Flauta Doce no novo
453 Curso Superior de Música, condicionando à possibilidade de
454 Professores do Ensino Médio, lotados naquela unidade, serem
455 ministrantes das habilitações propostas. Após longa discus-
456 são o COCEPE entendeu: 1º) de acolher a possibilidade de re-
457 conhecer a habilitação de professores da carreira do 1º e 2º
458 Graus para ministrar disciplinas dos cursos de graduação da
459 Universidade; 2º) que nestes casos deverá haver prévia análi-
460 se pelo COCEPE, caso a caso, a partir do "curriculum Vitae "
461 do professor em sua relação com a disciplina; 3º) de consul-
462 tar, informalmente, a Procuradoria Jurídica sobre eventuais
463 impedimentos legais. Item 4 - Processo Nº23110.004294/88-11.
464 Curso de Engenharia Agrícola. Remanejamento de material per-
465 manente do Departamento de Engenharia Agrícola para o CEMA.
466 Foi designado o Professor Aldyr Garcia Schlee para avaliar o
467 processo e emitir parecer. Item 5 - Processo Nº
468 23110.001895/90-51. Relatado pela Comissão de Pesquisa e Pós-
469 -Graduação o processo trata de solicitação de afastamento pa-
470 ra curso de pós-graduação a nível de Doutorado do Professor-
471 César Valmor Rombaldi, pelo período de três anos. o COCEPE
472 referendou o parecer da mencionada Comissão, aprovando o pe-
473 dido. O Item 6 da Ordem do Dia referente ao Estudo de Docu-
474 mentos oriundos da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência
475 foi já vencido na presente reunião, tendo início à fls. 09 ,
476 linha 305. Item 7 - Outros Assuntos. Proc. Nº

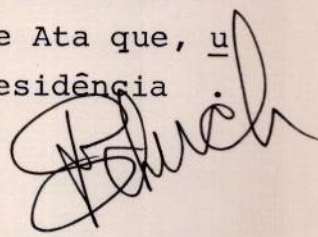
477 23110.001940/90-11. Faculdade de Odontologia. Solicita a ma-
478 nutenção do calendário inicial, uma vez que esta unidade não
479 foi prejudicada no que se refere ao desenvolvimento de suas
480 atividades por ocasião da greve do transporte coletivo urba-
481 no. O processo foi relatado pela Comissão de Graduação que
482 manifestou-se favorável à manutenção das datas de exames pa-
483 ra as disciplinas constantes na proposta. A matéria ensejou
484 longa discussão, resultando duas propostas: 1º) Que seja bai-
485 xado ato admitindo a realização de exames na semana proposta

J

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº08/90, Fls.15

486 no calendário inicial, desde que os cursos que assim o dese-
487 jarem façam as devidas justificativas; 2º) Que seja autori
488 da a modificação do Calendário Escolar vigente, especifica -
489 mente para o curso de Odontologia, atendendo as justificati
490 vas constantes no processo. Submetidas a votação foi aprova-
491 da a segunda proposição, devendo o processo ser encaminhado
492 ao Magnífico Reitor para as providências pertinentes. Conclu
493 ida a pauta e ninguém mais desejando manifestar-se, o Sr.
494 Presidente agradeceu o comparecimento de todos, dando por en
495 cerrada a sessão, da qual, para constar, eu *Neusa Vaz e Silva*,
496 Neusa Vaz e Silva, Secretária dos Conselhos Superiores da U-
497 niversidade Federal de Pelotas, lavrei a presente Ata que, u
498 ma vez aprovada será igualmente assinada pela Presidência

.....



A T A N º 09/90

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de mil novecentos e
noventa, às nove horas, no Gabinete da Vice-Reitoria, reali-
zou-se uma reunião do Conselho Coordenador do Ensino, da Pes-
quisa e da Extensão - COCEPE da Universidade Federal de Pelotas,
a qual, previamente convocada e presidida pelo Sr. Vice-
Reitor, Professor Luiz Henrique Schuch, seu Presidente, te-
ve a participação dos seguintes conselheiros: Professores Ma-
ria Isabel da Cunha, Pró-Reitora de Graduação e Assistência;
Sérgio Roberto Martins, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Gradua-
ção; João Manuel dos Santos Cunha, em substituição ao Sr.